

**ATA**

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva e Vereadores - Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceram os Vereadores Domingos Bragança e Alexandra Parada Barbosa Gesta por se encontrarem, respetivamente, em representação do Município numa reunião da RESINORTE e em gozo de férias, cujas faltas foram consideradas justificadas. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10:00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

O Presidente da Câmara anunciou que, tal como referido na última reunião de Câmara, iria, de seguida, ser prestada uma homenagem aos jovens Nelson Silva e Susana Daniela, do Clube Desportivo da CERCIGUI, que integraram a Seleção de Portugal que se sagrou Campeã da Europa no II Campeonato Europeu de Atletismo para atletas com Síndrome de Down, renovando o título alcançado na 1.ª Edição desta competição internacional, e bem assim à CERCIGUI, treinadores e família que os têm acompanhado. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----

1 – Vereador José Manuel Antunes – a) - Agradeceu a resposta que lhe foi enviada relativamente à planta onde constam

assinaladas três parcelas de terreno, situadas em Creixomil, junto da Cidade Desportiva, que, disse, poderiam ser hipótese para a construção do pavilhão desportivo. De seguida, quis saber se a Câmara Municipal estaria disponível para diligenciar no sentido da desafetação do terreno da Reserva Agrícola Nacional caso o F. C. os "Piratas de Creixomil" apresentasse um pedido de licenciamento com a posse do terreno; **b)** - Fez a entrega ao Presidente da Câmara de uma proposta sobre a VIMÁGUA, para que fosse agendada, analisada e discutida na próxima reunião de Câmara. Disse ter intenção de apresentar uma denúncia no Ministério Público caso não sejam esclarecidas as dúvidas que expressou na referida proposta, a discutir próxima reunião de Câmara. Por último, quis saber quem assessorou o Presidente da Câmara neste processo apresentando dúvidas quanto ao cumprimento dos Estatutos da VIMÁGUA. -----

2 - Vereador José Torcato Ribeiro – a) - Lamentou uma notícia publicada na edição de hoje do Jornal de Notícias sobre mais uma descarga poluente para o Rio Ave; **b)** – Solicitou a remoção de vegetação que está a invadir a via para a Citânia de Briteiros, pondo em causa a segurança rodoviária; **c)** – Denunciou o depósito de resíduos junto do rio, em Arosa, provocando maus cheiros. Perguntou se a Câmara Municipal já teria atuado, pois foi informado que já havia sido dado conhecimento à Autarquia desta situação. Por último, lamentou, igualmente, que no mesmo local, exista um coletor aberto para recepção de saneamento. -----

3 – Vereador Amadeu Portilha - Disse desconhecer por completo o assunto referido pelo Vereador José Torcato Ribeiro quanto ao depósito de resíduos em Arosa, não tendo tido qualquer notícia por parte do respetivo Presidente de Junta. -----

4 – Presidente da Câmara – a) - Sobre a descarga poluente



para o Rio Ave noticiada pelo Jornal de Notícias disse lamentar o facto, dizendo que já não era a primeira vez que tal ocorria. Lamentou, ainda, que a entidade fiscalizadora não esteja a atuar devidamente; **b)** - Sobre a via para a Citânia de Briteiros disse que, sem certeza, lhe parecia que a estrada era nacional e, a ser assim, a Câmara não pode intervir, dizendo, todavia, que iria verificar; **c)** - Sobre a verificação dos coletores de recepção de saneamento disse tratar-se de uma competência da Águas do Noroeste; **d)** - Quanto a um eventual pedido de licenciamento por parte do F. C. "Os Piratas de Creixomil" para a construção de um pavilhão desportivo disse que, quando desse entrada nos Serviços da Câmara Municipal, o processo seria analisado e decidido nos termos legais; **e)** - Disse que os contratos "swap" celebrados pela VIMÁGUA com duas entidades financeiras eram normais, referindo haver uma entidade nacional a verificar estes contratos. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara prestou as seguintes informações: **1** - Do seu despacho, datado de 22 de julho de 2013, que aprovou a abertura de procedimento para aquisição de serviços de transporte escolar em carreira pública, de acordo com a seguinte informação do Departamento Financeiro: "Nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, foi submetida e aprovada a repartição de encargos na sessão da Assembleia Municipal, datada de 28 de junho de 2013, em conformidade com a alínea c), n.º 1 do artigo 6.º da lei supra referida. Ao abrigo do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril e dos n.ºs 4 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE 2013), a Câmara Municipal

autorizou, em 16/05/2013, o pedido de parecer prévio para a aquisição de serviços abaixo designada. Submete-se para aprovação superior, o caderno de encargos em anexo e a abertura do presente procedimento, nos seguintes termos: **Objeto:** Aquisição Serviços – Transportes Escolares em Carreira Pública – Ano Letivo 2013/2014; **Preço estimado:** 249.670,80€ + I.V.A. (6%); Não será aplicada a redução remuneratória prevista nos artigos 27.º e 75.º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro. **Repartição de encargos:** - Ano 2013: 99.868,32€; - Ano 2014: 149.802,48€. **Classificação económica:** 020210. **Plano:** 2.1.2.57. **Procedimento:** Propõe-se a adopção do Ajuste Direto, ao abrigo do critério material, previsto na alínea e), n.º 1, artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos, de acordo com o fundamentado na informação anexa com o NIPG 51279/13. **Entidade competente para adjudicar:** Município de Guimarães. **Fornecedor a consultar:** AUTO MONDINENSE, LDA. **Audiência prévia:** Está dispensada a audiência prévia e a elaboração dos relatórios preliminar e final, de acordo com o n.º 2, art.º 125.º do Código dos Contratos Públicos, com exceção de exclusão do concorrente. À consideração superior.”; **2** - Do seu despacho de 22 de julho de 2013, que aprovou a abertura de procedimento para aquisição de serviços de transporte escolar em carreira pública, de acordo com a seguinte informação do Departamento Financeiro: “Nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, foi submetida e aprovada a repartição de encargos na sessão da Assembleia Municipal, datada 28/06/2013, em conformidade com a alínea c), n.º 1 do artigo 6.º da lei supra referida. Ao abrigo do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, com a redação que



lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril e dos n.ºs 4 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE 2013), a Câmara Municipal autorizou, em 16/05/2013, o pedido de parecer prévio para a aquisição de serviços abaixo designada. Submete-se para aprovação superior, o caderno de encargos em anexo e a abertura do presente procedimento, nos seguintes termos: **Objeto:** Aquisição Serviços – Transportes Escolares em Carreira Pública – Ano Letivo 2013/2014; **Preço estimado:** 535.495,10€ + I.V.A. (6%); Não será aplicada a redução remuneratória prevista nos artigos 27.º e 75.º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro. **Repartição de encargos:** - Ano 2013: 214.198,04€; Ano 2014: 321.297,06€; **Classificação económica:** 020210. **Plano:** 2.1.2.57. **Procedimento:** Propõe-se a adopção do Ajuste Direto, ao abrigo do critério material, previsto na alínea e), n.º 1, artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos, de acordo com o fundamentado na informação anexa com o NIPG 51279/13. **Entidade competente para adjudicar:** Município de Guimarães. **Fornecedor a consultar:** TRANSURBANOS DE GUIMARAES-TRANSPORTES PUBLICOS, LDA. **Audiência prévia:** Está dispensada a audiência prévia e a elaboração dos relatórios preliminar e final, de acordo com o n.º 2, art.º 125.º do Código dos Contratos Públicos, com exceção de exclusão do concorrente. À consideração superior.”; **3.** Informou a Câmara que a próxima reunião ordinária se realiza no dia 5 de setembro, em virtude do período de férias, considerando-se, assim, todos os membros presentes devidamente convocados. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, as seguintes propostas: -----

VOTO DE PESAR PELO ACIDENTE FERROVIÁRIO OCORRIDO

NO PASSADO DIA 24 DE JULHO, NA LIGAÇÃO MADRID/FERROL – Presente a seguinte proposta: “A Câmara

Municipal de Guimarães manifesta o seu mais profundo pesar pelo grave acidente ferroviário ocorrido na noite do passado dia 24 de Julho, na ligação Madrid – Ferrol, próximo da Cidade de Santiago de Compostela, Município amigo de Guimarães e connosco associado na Associação Eixo Atlântico, e apresenta as suas mais sentidas condolências às famílias de todas as vítimas, ao Município de Santiago de Compostela, ao Governo Regional da Galiza e à Associação Eixo Atlântico, a quem o presente voto de pesar será enviado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – TRANSPORTE ESCOLAR EM CARREIRA PÚBLICA – ANO LETIVO 2013/2014

- PROPOSTA PARA ABERTURA - AJUSTE DIRETO N.º 49/13

– Presente a seguinte informação do Departamento Financeiro: “Ao abrigo do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril e dos n.ºs 4 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE 2013), a Câmara Municipal autorizou, em 16/05/2013, o pedido de parecer prévio para a aquisição de serviços abaixo designada. Nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, foi submetida e aprovada a repartição de encargos na sessão da Assembleia Municipal, datada 28/06/2013, em conformidade com a alínea c), n.º 1 do artigo 6.º da lei supra referida. A verba relativa ao ano de 2013, já se encontra cativa, conforme a proposta de cabimento n.º 1376. Submete-se para aprovação superior, o caderno de encargos em anexo e a abertura do presente procedimento, nos seguintes termos: **Objeto:**



Aquisição de serviços – Transporte Escolar em Carreira Pública – Ano letivo 2013/2014; **Preço estimado:** 756.403,20€ + I.V.A. (6%); Não será aplicada a redução remuneratória, prevista nos artigos 27.º e 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro. **Repartição de encargos:** - Ano 2013 (setembro a dezembro): 302.561,28€ + IVA (6%); Ano 2014 (janeiro a junho): 453.841,92€ + IVA (6%); **Classificação económica:** 020210; **Plano:** 2.1.2.57; **Procedimento:** Propõe-se a adopção do ajuste direto, ao abrigo do critério material, previsto na alínea e), n.º 1 do artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos, de acordo com o fundamentado na informação anexa, NIPG: 51279/13. **Entidade competente para adjudicar:** Município de Guimarães. **Fornecedor a consultar:** - Arriva Portugal – Transportes, Lda. **Audiência prévia:** Está dispensada a audiência prévia e a elaboração dos relatórios preliminar e final, de acordo com o n.º 2, artigo 125.º do Código dos Contratos Públicos. À consideração superior.” O caderno de encargos dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 11 de junho de 2013, que aprovou a abertura de procedimento para aquisição de serviço de transporte de alunos para o ano letivo 2013/2014, de acordo com a seguinte informação do Departamento Financeiro: “Ao abrigo do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril e dos n.ºs 4 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a Câmara Municipal autorizou em 30/05/2013 o pedido de parecer prévio, para a aquisição de

serviços abaixo designada. Nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, foi submetida e aprovada a repartição de encargos na sessão da Assembleia Municipal, datada 28/06/2013, em conformidade com a alínea c), n.º 1 do artigo 6.º da lei supra referida. De acordo com as propostas de cabimento n.ºs 1376 e 1487, os valores abaixo transcritos relativos ao ano 2013 já se encontram cativos. Submete-se para aprovação superior o programa de concurso e o caderno de encargos, anexos, e a abertura do presente procedimento, nos seguintes termos: **Bem ou serviço:** Aquisição de serviços de transporte de alunos – Ano Lectivo 2013/2014. **Preço base:** 352.640,00€ + I.V.A. (6%). - **Lote 1 – transporte escolar:** 324.800,00€; **Lote 2 – transporte no período de almoço:** 27.840,00€. Ao preço base foi aplicada a redução remuneratória, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro de 2012. **Repartição de encargos: Lote 1:** Ano 2013 (setembro a dezembro): 120.400,00€; Ano 2014 (janeiro a julho): 204.400,00€; **Lote 2:** - Ano 2013 (setembro a dezembro): 10.320,00€; Ano 2014 (janeiro a julho): 17.520,00€. **Classificação económica/Plano: Lote 1:** 020210/2.1.2.57; **Lote 2:** 020210/2.1.2.56. **Procedimento:** Propõe-se a adoção do concurso público, previsto na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos e a respetiva aprovação do Júri abaixo mencionado. **Entidade competente para adjudicar:** Município de Guimarães. **Júri: Efetivos: Presidente** – Anabela Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro; **Vogais:** Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Administrativa; Clara Maria Soares, Técnica Superior; **Vogais**



Suplentes: Sónia Raquel Ferreira Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Projetos Financeiros; Laura Mina Amaro Paco Quesado, Técnica Superior. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efetiva Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida. **Propõe-se que os esclarecimentos sejam delegados no Júri do concurso.** À consideração superior.” -----

2. Do mapa das aquisições de serviços relativas ao mês de junho, dando cumprimento ao despacho do Presidente da Câmara, datado de 26 de fevereiro de 2013, na sequência da deliberação de Câmara de 21 do mesmo mês de fevereiro, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

3. Do ofício da Cooperativa Turipenha remetendo as contas respeitantes ao exercício de 2012 depois de retificação motivada pela tributação de uma mais valia resultante da doação do direito de superfície que, por lapso, não havia sido considerada, aprovadas em Assembleia Geral de Cooperadores realizada no passado dia 27 de junho, cujos documentos se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2013 - Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PROTOCOLOS - RATIFICAÇÃO DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO COM O CONSELHO NACIONAL PARA A PROMOÇÃO DO VOLUNTARIADO, PARA A CRIAÇÃO DO BANCO LOCAL DE VOLUNTARIADO DE GUIMARÃES - Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Ação

Social: “Com base nas linhas orientadoras do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV), a Câmara Municipal deliberou aprovar, a 16 de junho de 2011, um regulamento interno para o funcionamento do Banco Local de Voluntariado de Guimarães que, desde essa altura, se encontra em funções na Divisão de Ação Social. O Protocolo de colaboração celebrado com o CNPV, que aqui se apresenta para ratificação, é o documento que formaliza esta parceria e que legitima a atividade que o Município tem levado a cabo na promoção e no desenvolvimento do voluntariado no concelho.” O protocolo de colaboração celebrado com o Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROTOCOLOS - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOÃO DE MEIRA - RATIFICAÇÃO DE PROTOCOLO CELEBRADO NO ÂMBITO DA CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - Ratificação do protocolo celebrado com o Agrupamento de Escolas João de Meira, de acordo com o qual o Município de Guimarães e aquele Agrupamento de Escolas se comprometem a colaborar no domínio da certificação de competências, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROTOCOLOS - ESCOLA SECUNDÁRIA MARTINS SARMENTO - RATIFICAÇÃO DO PROTOCOLO CELEBRADO NO ÂMBITO DA CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Ratificar o protocolo celebrado com a Escola Secundária Martins Sarmiento, de acordo com o qual o Município de Guimarães e aquela Escola Secundária se comprometem a colaborar no domínio da certificação de competências, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em



pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROTÓCOLOS - "FEIRA AFONSINA" - 3ª EDIÇÃO - SETEMBRO 2013 - CELEBRAÇÃO DE PROTÓCOLO DE COLABORAÇÃO COM A COOPERATIVA "A OFICINA" - APROVAÇÃO DO VALOR DO PREÇO A COBRAR PELAS INSCRIÇÕES NO EVENTO – Presente a seguinte informação da

Divisão de Relações Públicas: "1 - Enquadramento: "Feira Afonsina" – O conceito de "Feira Afonsina" pretende recuar à génese da nacionalidade portuguesa, revitalizando - através de recriações históricas - os usos, costumes e tradições vimaranenses da época medieval. Esta fórmula tem encontrado um acolhimento significativo no imaginário popular e consequentemente tem sido aplicada em certames análogos, com resultados de crescente afluência e participação. A "Feira Afonsina" destaca-se e diferencia-se pela motivação, proporcionando ao visitante um contacto real com a história da cidade berço através da recriação de momentos e cenários próximos dos reais, recorrendo a uma investigação constante sobre usos, costumes e episódios. 2 - Ideia geral do evento: Em 2011, na primeira edição da Feira Afonsina, a Organização procurou recriar, no centro histórico de Guimarães, o ambiente social e económico da época do Condado Portucalense, trazendo para junto do público momentos de teatralização e de performances artísticas. Deste modo, foi ofertada ao público a oportunidade de contactar diretamente com personagens relevantes cuja importância histórica se consubstancia na génese da família real portuguesa: D. Henrique de Borgonha, D.ª Teresa e Afonso Henriques. Em 2012, ano de consolidação e expansão do evento, a Organização pretendeu retratar a fundação do reino de Portugal, apresentando D. Afonso Henriques no papel de rei e

recriando o ambiente militar que antecedeu os movimentos de conquista das décadas subsequentes. Em termos cénicos, o Castelo de Guimarães assumiu o seu natural protagonismo e a recriação dos momentos históricos desenrolou-se nas suas proximidades. Em 2013, após a morte do Conde D. Henrique, a corte reúne-se em torno dos ideais defendidos por D. Teresa. Descendendo da região de Castela e fruto da proximidade com os interesses de sua irmã (D.^a Urraca), D. Teresa une-se a um fidalgo galego (D. Fernão Peres de Trava), no intuito de instaurar uma Galiza sob a influência de Castela. Por seu lado, o Infante (Afonso Henriques) lidera uma facção que se considera herdeira da vontade do falecido Conde D. Henrique, cujo desejo se consagrava na implementação de um Condado Portucalense autónomo, por via da conquista a sul, sobre os mouros. Com a morte de D.^a Urraca e com a ascensão ao trono do seu filho D. Afonso VII, no período 1126 e 1127, regista-se uma forte reação de Castela, em solidariedade com D. Teresa e contrapondo a postura de Afonso Henriques. Em 1127, Afonso Henriques e a sua facção lideram o cerco a Guimarães. Associado aos aspectos culturais e históricos mencionados previamente, pretende-se com este evento construir um conjunto de conteúdos artísticos diferenciadores que valorizem a história e as tradições de um povo, reavivando o imaginário popular emanado pela figura do Conde D. Henrique de Borgonha e de D. Afonso Henriques. Pretende-se, também, recuperar os usos e costumes, o artesanato e a gastronomia local, reinterpretando deste modo, o *modus vivendi* do burgo de Guimarães nos séculos XI e XII. Em termos operacionais, área de intervenção selecionada prima pela existência de inúmeros monumentos nacionais que oferecem, naturalmente, uma caracterização arquitectónica irrepreensível.



Perante essa constatação, a ambientação dos espaços e a construção de material cenográfico favorece substancialmente o efeito desejado: a recriação da vila medieval vimaranense. Na prossecução desse objectivo, o envolvimento da população e dos comerciantes locais revela-se vital para o sucesso do evento. Paralelamente, a animação de rua será assegurada por grupos de animação contratados e pela atividade própria de mercadores alimentares, contribuindo desta forma para uma caracterização mais credível da época retratada, proporcionando, também, uma dinâmica efetiva do movimento de trocas comerciais. Esta estratégia de atuação, orientada para a recriação histórica e integração da população nas dinâmicas do evento, visa essencialmente a consagração de um posicionamento diferenciador no espectro nacional, assegurando, assim, a sustentabilidade futura do evento.

3 - Envolvimento da Comunidade, Associações, Instituições Locais e Comerciantes. O envolvimento da comunidade, associações, instituições locais e comerciantes do concelho apresenta-se como um eixo de ação essencial para o sucesso do evento. Neste sentido, a Organização pretende realizar ações de formação e workshops temáticos para voluntários, no intuito de dotá-los de competências que permitam a sua integração e participação nos diversos momentos de animação e na dinâmica comercial do evento. Paralelamente, são fornecidos conselhos e orientações aos comerciantes do centro histórico em prol de um efetivo incentivo à decoração/ambientação dos seus espaços, mantendo, desta forma, um desejável rigor qualitativo. Este esforço será complementado pela animação oficial do evento e com a implementação de artesãos e artífices em áreas específicas.

4 - Organização: O evento “Feira Afonsina” será organizado pela

Câmara Municipal de Guimarães, em parceria com a Cooperativa Oficina. 5- Orçamento: A Câmara comparticipará, no ano 2013, com uma verba de 133.900€ (cento e trinta e três mil e novecentos euros). O referido valor está previsto no orçamento municipal. 6 - Protocolo de colaboração - Tendo em vista definir as formas de cooperação entre a Câmara e a Cooperativa Oficina para a realização deste evento propõe-se a celebração de um Protocolo, cuja minuta se anexa (doc. 1). A respectiva minuta do Protocolo deverá ser submetida a aprovação da Câmara Municipal. 7 – Definição do valor dos preços de inscrição dos comerciantes no evento: Atenta a organização e logística associada à realização da Feira Afonsina, a inscrição no evento por partes dos comerciantes que nela pretendam participar ficará sujeita ao pagamento de um preço, que se propõe seja fixado nos seguintes termos: i. Venda de doces - €265,00 por banca a disponibilizar pela organização; ii. Artesãos - €25,00/m²; iii. Mercadores alimentares - €75,00/m²; iv. Associações de artesãos - €15,00/m²; v. Associações alimentares - €30,00/m².” O Presidente da Câmara propôs o seguinte aditamento à presente informação: “8 – Outras receitas: Poderá ocorrer o recebimento de outras verbas, designadamente as provenientes da venda da loiça da Feira Afonsina, cujos valores ainda não estão definidos porquanto o procedimento relativo à aquisição daquele material ainda se encontra em curso. Contudo, os valores a cobrar aos participantes serão sempre similares aos custos que o Município tiver com a sua aquisição.” A minuta do protocolo de colaboração dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. A Vereadora Francisca Abreu não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar em situação de impedimento, uma vez**



que pertence aos órgãos sociais da Cooperativa. -----

PROTÓCOLOS - AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE GONDAR –

Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “Desde 2010 que a Câmara Municipal, em colaboração com a Junta de freguesia de Gondar, têm vindo a encetar diligências no sentido de se proceder à aquisição de uma parcela de terreno com a área aproximada de 1.000,00m², necessária à ampliação do cemitério daquela freguesia. Tendo a Junta de Freguesia chegado a acordo com os proprietários quanto ao preço de aquisição, vê-se impedida de concretizar o negócio, porquanto a parcela em causa é a desanexar de um prédio de maiores dimensões, não lhe sendo possível efetuar posteriormente o respetivo registo predial a favor da freguesia. Assim, a solução possível passa pela aquisição da referida parcela de terreno pela via do direito privado, nos termos do artigo 11º do Código das Expropriações. Contudo, face à publicação da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas (LCPA), e do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, que estabelece os procedimentos necessários à aplicação da LCPA, o Município viu-se impossibilitado de proceder à aquisição da citada parcela de terreno. Por outro lado, a Lei nº 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, não confere às freguesias poderes para promover processos expropriativos, sendo que de acordo com parecer jurídico prestado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte (CCDRN), a Câmara Municipal pode outorgar um Protocolo com a Junta de Freguesia onde figurem os direitos e obrigações de ambas as partes conducentes à aquisição do terreno, incluindo a inscrição

das respetivas contrapartidas financeiras a entregar pela Junta de Freguesia à Câmara Municipal. Assim, a Junta de Freguesia de Gondar disponibilizou-se a assumir as despesas inerentes à aquisição do terreno em causa, pelo que se submete à consideração superior a celebração de um Protocolo, de acordo com a minuta que se anexa, devendo em caso de aceitação o assunto ser aprovado pela Câmara Municipal. A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - RATIFICAÇÃO DAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS RELATIVAS AO MÊS DE JUNHO QUE NÃO SE ENQUADRAM NO PARECER PRÉVIO GENÉRICO FAVORÁVEL, APROVADO POR DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013 – Ratificação das aquisições de serviços relativas ao mês de junho que não se enquadram no parecer prévio genérico favorável, aprovado por deliberação de Câmara de 21 de fevereiro de 2013, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO - HASTA PÚBLICA Nº 2-2013 - VENDA DE TERRENO PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “O Município é proprietário de uma parcela de terreno com a área de 409m², situada na rua da Igreja, da freguesia de Selho S. Cristóvão, descrita na Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóveis de Guimarães sob o nº 893/20130528 e inscrita na respetiva matriz urbana sob o artigo P1243. Esta parcela de terreno havia sido cedida ao domínio público municipal, para instalação de fossa séptica, no âmbito do Alvará de



Loteamento nº 49/98, no entanto, em virtude de a urbanização ter sido posteriormente dotada de infraestruturas de saneamento público, o terreno em causa deixou de ter interesse para o fim inicialmente previsto, pelo que se procedeu a uma alteração ao loteamento e consequente desafetação do domínio público. Existe, pelo menos, um interessado na aquisição da referida parcela de terreno, contudo, uma vez que esta confronta com vários lotes, a sua venda só poderá efetuar-se mediante hasta pública, de forma a respeitar os princípios que orientam a atividade administrativa, dando cumprimento aos princípios da legalidade, concorrência, transparência, publicidade, igualdade e imparcialidade, preservando-se a harmonia e a coerência do sistema. O preço base de licitação é de €7.836,36 baseado em relatório de avaliação efetuado por perito da lista oficial, acrescido dos custos administrativos do processo. Desta forma, submete-se à consideração superior a submissão do assunto a deliberação de Câmara, para aprovação da venda em hasta pública do referido prédio, nos termos do Regulamento em anexo.” O referido regulamento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

RECURSOS HUMANOS - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE UNIDADES ORGÂNICAS (SIADAP 1) 2012 – Presente a seguinte proposta: “1. Nos termos da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, conjugada com o Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, nos Municípios são sujeitas a avaliação de desempenho as unidades orgânicas que dependem diretamente dos membros do órgão executivo. 2. Cada membro do órgão executivo avalia as unidades orgânicas que superintende, expressando-se a avaliação nas seguintes menções: a)

Desempenho bom: se atingiu todos os objetivos, superando alguns; b) Desempenho satisfatório: se atingiu todos os objetivos ou os mais relevantes; c) Desempenho insuficiente: se não atingiu os objetivos mais relevantes. 3. Nos termos do n.º 3 do artigo 12.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, compete à Câmara Municipal ratificar a avaliação das unidades orgânicas atribuídas pelo membro do órgão executivo de que dependam. 4. Nestes termos, propõe-se que sejam ratificadas as avaliações de desempenho atribuídas pelos membros do órgão executivo, nos seguintes termos: a) Presidente da Câmara – António Magalhães: **Departamento de Administração Geral:** Desempenho Bom; **Departamento de Gestão Urbanística:** Desempenho Satisfatório; **Departamento de Projetos e Planeamento Urbanístico:** Desempenho Bom; **Divisão de Ação Social:** Desempenho Bom; **Divisão do Centro Histórico:** Desempenho Satisfatório. b) Vereador – Domingos Bragança: **Departamento de Obras Municipais:** Desempenho Bom; **Departamento Financeiro:** Desempenho Bom; **Divisão de Sistemas de Informação:** Desempenho Satisfatório. c) Vereadora – Francisca Abreu: **Departamento de Juventude, Educação e Cultura:** Desempenho Bom; **Divisão de Biblioteca e Documentação:** Desempenho Satisfatório; **Divisão de Arquivos:** Desempenho Satisfatório. d) Vereador – César Machado: **Departamento de Fiscalização, Contencioso e Polícia Municipal:** Desempenho Bom; e) Vereador – Amadeu Portilha: **Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente:** Desempenho Bom; **Divisão de Relações Públicas e Turismo:** Desempenho Bom. f) Vereadora – Alexandra Gesta: **Divisão Mapa2012:** Desempenho Bom. g) Vereador – José Augusto Araújo: **Departamento de Recursos Humanos:** Desempenho



Bom." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO - REGIME DE FRUTA ESCOLAR - ABERTURA DE
PROCEDIMENTO CONCURSAL - ANO LETIVO 2013-2014 -**

Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: "Como é de conhecimento superior, pelo quarto ano letivo consecutivo o Município de Guimarães aderiu ao Regime de Fruta Escolar, programa que abrangeu uma média de 5548 alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho. Considerando que é intenção da Autarquia dar continuidade ao mesmo no ano letivo 2013/2014, e face à Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e à informação do Departamento Financeiro de que não existem fundos disponíveis para assumir novos compromissos, cumpre-nos informar que o fornecimento e distribuição de produtos hortofrutícolas aos alunos do 1º ciclo do ensino básico é imprescindível, urgente e inadiável, dado que: 1. compete ao Município apoiar o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa no ensino básico, nos termos da alínea e), do ponto 3, do artigo 19º, da Lei nº 159/99, de 14 de setembro de 1999; 2. a adesão do Município ao Regime de Fruta Escolar constitui uma opção estratégica do executivo camarário, numa perspetiva de promoção de hábitos de consumo de alimentos benéficos para a saúde das populações mais jovens, de reforço das práticas alimentares saudáveis e de combate à obesidade infantil; 3. a atribuição de comparticipação financeira para o desenvolvimento deste Programa pelo IFAP depende obrigatoriamente da disponibilização de peças de fruta ou de produtos hortícolas duas vezes por semana num período mínimo de 30 semanas, sendo que para o efeito apenas é considerado o período letivo. Assim, e de modo a assegurar a continuidade deste Programa, solicita-se despacho de autorização de compromisso para o fornecimento e distribuição de fruta a

5535 alunos de 66 estabelecimentos de ensino do 1º CEB, durante o ano letivo 2013/2014, conforme caderno de encargos em anexo. Por último, na sequência do preceituado no art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, relativo aos compromissos plurianuais e à respetiva necessidade de autorização prévia da Assembleia Municipal, e considerando que a contratação destes serviços ocorrerá pelo período de um ano letivo, com início em setembro de 2013 e fim em junho de 2014, propõe-se submeter à aprovação da Assembleia Municipal a autorização para assunção de compromisso plurianual respeitante a este procedimento, no valor total de €53 136,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo a 2013 o valor de €19 483,20 (11 semanas) e a 2014 o valor de €33 652,80 (19 semanas). Propõe-se igualmente, e uma vez que se prevê que não se realize mais nenhuma sessão da Assembleia Municipal até ao início do próximo ano letivo, que a Câmara Municipal delibere aprovar que a presente informação produza já os seus efeitos com ratificação posterior pela Assembleia Municipal. A considerar superiormente.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

CULTURA - SOCIEDADE MARTINS SARMENTO - TRATAMENTO DO ESPÓLIO RAUL BRANDÃO – Presente um ofício da Sociedade Martins Sarmiento dando conhecimento que é detentora do espólio literário do insigne escritor Raul Brandão, na sua quase totalidade recuperado de depósito na Biblioteca Nacional, em cumprimento de vontade do próprio e após persistente trabalho de uma das Direções da Presidência do Dr. Santos Simões, bem como de um volumoso acervo de documentos respeitantes àquele escritor legado pelo próprio Dr. Santos Simões, não restando dúvidas quanto à sua importância, tanto



mais que, pontualmente, já ali foram encontrados elementos e referências relevantes. Assim, consideram indispensável proceder ao estudo, tratamento conservatório, inventariação e catalogação do acervo em causa, de modo a torná-lo disponível e acessível, em especial aos estudiosos, conferindo-lhe plena utilidade e honrando, quer a memória literária e social de Raul Brandão, quer as obrigações decorrentes da finalidade inserta no legado do Dr. Santos Simões. Considerando o momento difícil que a Sociedade Martins Sarmento atravessa e sendo a Técnica Superior da Câmara Municipal de Guimarães, Dr.^a Maria José Nobre, profunda conhecedora do valioso património bibliográfico e documental da Sociedade Martins Sarmento, solicitam a sua colaboração com as bibliotecárias da instituição para apoio na execução do trabalho em causa. Atendendo à natureza do pedido, ao seu objeto e às dificuldades que a instituição atravessa, entende-se ser possível a dispensa da Técnica Superior Assessora Principal, Dr.^a Maria José Nobre, para ajudar no tratamento técnico deste fundo específico, a partir de outubro, todas as quintas-feiras, das 15h00 às 17h00 e por um período previsível de dois meses, sendo que decorrido esse tempo será feita uma avaliação da necessidade ou não da continuação desta colaboração.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Os Vereadores César Machado e José Torcato Ribeiro não participaram na discussão e na votação da proposta por se considerarem em situação de impedimento.** -----

CULTURA - CINECLUBE DE GUIMARÃES – XXV EDIÇÃO DO “CINEMA EM NOITES DE VERÃO” – Presente a seguinte proposta: “Cinema em Noites de Verão” é uma iniciativa do Cineclube de Guimarães que contou, desde sempre, com o apoio financeiro e logístico da Autarquia, e que, apesar de completar

este ano 25 edições consecutivas, mantém e reforça consistentemente, em resultado de programações de grande qualidade, a sua capacidade de atração de públicos para o Cinema, num ambiente informal e de acesso livre. Assim, em reconhecimento da importância do evento no calendário cultural de Guimarães, proponho, ao abrigo do disposto no nº 6 do art.º 2º do Regulamento nº 606/2010, a atribuição, ao Cineclube de Guimarães, registado no RMECARH sob o nº 501536515, de um subsídio de €8.000,00 (oito mil euros), destinado a comparticipar nos custos de organização do XXV Cinema em Noites de Verão, a decorrer no Largo da Oliveira no próximo mês de Agosto.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador César Machado não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar em situação de impedimento. ---

CULTURA - SUBSÍDIO A ATRIBUIR AO CENTRO CULTURAL E RECREATIVO DE MOREIRA DE CÓNEGOS – Presente a seguinte

proposta: “O Centro Cultural e Recreativo de Moreira de Cónegos celebra este ano o seu trigésimo aniversário ao serviço da comunidade em que se insere, preservando e valorizando as tradições e costumes da região de Moreira de Cónegos. A associação tem-se afirmado no seio da comunidade integrando o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Virgínia de Moura, sendo reconhecida pelas diversas instituições às quais presta diversos apoios em iniciativas culturais e desportivas. O papel do Centro Cultural e Recreativo é reconhecido pela comunidade, refletindo-se no considerável número de associados e simpatizantes que angariou. A Associação é proprietária do seu edifício-sede, com área de 1033m2, que é constantemente cedida de forma gratuita, ao longo do ano, às diversas instituições locais que o solicitam. Tendo já iniciado o processo de atribuição do



estatuto de Utilidade Pública, a atual Direção prevê, caso tal objetivo seja alcançado, constituir-se como IPSS. Com a atividade central da Associação voltada para a sustentação e desenvolvimento dos seus dois grupos de Folclore, um adulto e um infantil, o CCR de Moreira de Cónegos desenvolve um plano de atividades regular que, este ano ainda, contará com iniciativas como o Festival de Folclore Adulto, integrado nas Festas da Vila, a Feira Rural, o Festival de Folclore Infantil e a Feira de Artesanato, orçadas em €9.500,00. Em resultado da intensa atividade desenvolvida por iniciativa própria ou em consequência das referidas cedências gratuitas, as instalações da associação degradaram-se, colocando em risco o bem-estar e segurança dos seus utentes, motivo pelo qual se tornou inadiável promover um conjunto de intervenções de manutenção atualmente em curso, constando de arranjo do telhado, pintura, reparação de portas e janelas, retificação da instalação eléctrica e do palco interior, a que acrescem, este ano, a instalação e ligação dos serviços de água e saneamento, despesas que ultrapassam os €10.000,00. Assim, em reconhecimento do relevante interesse público das atividades que prossegue e desenvolve, bem como dos apoios que presta a outras instituições locais e à sua comunidade, proponho, ao abrigo do disposto no nº 6 do art.º 2º do Regulamento nº 606/2010, a atribuição, ao Centro Cultural e Recreativo de Moreira de Cónegos, registado no RMECARH sob o nº 501439315, de um subsídio de €4.000,00 (quatro euros), destinado a participar, a título excecional, nos custos envolvidos na reabilitação do seu edifício-sede, contribuindo igualmente para viabilizar o plano de atividades aprovado pelos órgãos da referida Associação.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

O Presidente da Câmara informou que a Associação Portuguesa

dos Municípios com Centro Histórico lhe atribuiu um louvor público inserido no âmbito das comemorações do 25.º aniversário da Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico, atendendo à obra efetuada em prol da salvaguarda e da valorização do património cultural. Disse agradecer o louvor, fazendo questão de estendê-lo ao Município, em especial à Vereadora Alexandra Gesta, responsável pela recuperação e reabilitação do Centro Histórico. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS DEZ HORAS E CINQUENTA MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----